

**O INVESTIMENTO EM PORTUGAL CONTINUA A SER INFERIOR AO CONSUMO DE CAPITAL FIXO (AMORTIZAÇÕES) E, APESAR DISSO, ATÉ DEZ.2017 FICARAM POR UTILIZAR 8.173 MILHÕES € DE FUNDOS COMUNITÁRIOS**

Um dos problemas mais graves que o país enfrenta, e que dificulta uma recuperação económica sustentada é o facto do investimento total (*público + privado*) continuar a ser insuficiente não só para substituir os equipamentos gastos pelo uso e pelo tempo (*consumo de capital fixo*) mas também para ampliar e inovar a capacidade produtiva do país. O quadro 1, com dados recentes do INE, mostra que o investimento total do país, mesmo com o atual governo, tem sido insuficiente para compensar o chamado “*Consumo de Capital Fixo*”, e muito menos para modernizar e para inovar o aparelho produtivo.

**Quadro 1 – Investimento Total (FBCF) e Consumo de Capital Fixo Total em Portugal – 2001/2017**

<b>ANO</b>	<b>FBCF (Investimento Total no país) Milhões € (1)</b>	<b>CONSUMO CAPITAL FIXO (amortizações anuais devido desgaste causado pela utilização e pelo tempo) - Milhões € (2)</b>	<b>SALDO (FBCF-CCF) (3) = (1) - (2) Milhões €</b>
2001	37 172	21 116	16 056
2011	32 452	31 429	1 023
<b>2012</b>	<b>26 672</b>	<b>30 552</b>	<b>-3 880</b>
<b>2013</b>	<b>25 122</b>	<b>29 884</b>	<b>-4 762</b>
<b>2014</b>	<b>25 993</b>	<b>30 324</b>	<b>-4 331</b>
<b>2015</b>	<b>27 844</b>	<b>31 013</b>	<b>-3 169</b>
<b>2016</b>	<b>28 293</b>	<b>31 340</b>	<b>-3 047</b>
<b>2017</b>	<b>31 186</b>	<b>32 073</b>	<b>-887</b>
<b>SOMA (12-17)</b>	<b>165 110</b>	<b>185 185</b>	<b>-20 075</b>

**FONTE: Contas Nacionais - INE**

Em 2001, portanto antes da entrada de Portugal para a Zona Euro, o investimento Total no país (*FBCF = Formação Bruta de Capital Fixo*) foi superior ao “Consumo de Capital Fixo” (*amortizações a nível nacional*) em 16.056 milhões €; em 2011, o saldo positivo já se tinha reduzido para apenas 1.023 milhões €. E a partir de 2012, com a entrada em funções do governo do PSD/CDS e com a “troika”, os saldos passaram a ser negativos, pois o investimento total no país (*público + privado*) começou a ser insuficiente até para compensar o desgaste verificado nos equipamentos pelo seu uso, ou seja, o “*Consumo de Capital Fixo*”. Em 2012, o investimento foi inferior ao *consumo* em 3.880 milhões €; em 2013 em 4.762 milhões €; em 2014 em 3.169 milhões €; e, em 2015, o investimento total foi inferior ao “*consumo*” em 3.169 milhões €. Mesmo com o atual governo, a situação não se inverteu, já que em 2016 o “*Consumo de capital fixo*” foi superior ao investimento em 3.047 milhões e, em 2017, em 887 milhões €. Em 6 anos (2012/2017), foram “*consumidos*” 20.075 milhões € de equipamentos, devido ao uso e ao tempo, os quais não foram compensados/substituídos totalmente por novos investimentos. O ministro das Finanças no artigo que publicou no “Público” (*A credibilidade da política económica, 2017*), ignora este facto e afirma que “*O emprego e o investimento crescem o dobro da média da União Europeia*”.

É neste quadro de insuficiência crónica de investimento (*o subfinanciamento não é apenas no SNS*), quer privado quer público, que tem de ser contextualizada a análise do nível de execução/aproveitamento dos fundos comunitários postos à disposição do país pela União Europeia nomeadamente para investimento, até para se poder ter uma ideia da importância e da gravidade da situação.

**APENAS 40,1% DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS PROGRAMADOS FORAM UTILIZADOS ATÉ 2017, E SOMENTE 22,1% DO PORTUGAL-2020 FOI EXECUTADO ATÉ DEZ-2017**

O quadro 2 foi construído com os dados da programação financeira de cada um dos Programas Operacionais e com dados do Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia nº 11 da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P., que é o último divulgado e refere-se ao período que vai de Jan.2014 a Dezembro de 2017.

**Quadro 2- Verbas programadas que deviam ter sido utilizadas e o que foi executado (utilizado) no período 2014-2017 em cada Programa Operacional do Portugal-2020**

PROGRAMAS OPERACIONAIS	PORTUGAL 2020	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL					EXECUTADO	FUNDOS COMUNITÁRIOS	TAXA DE EXECUÇÃO em	
	Milhões €	(Fundos comunitários que podiam ser utilizados em cada ano) - Milhões €					(despesa validada)	QUE FICARAM POR UTILIZAR ATÉ 31.12.2017	relação ao valor	
	TOTAL 2014-2020 (1)	2014 (2)	2015 (3)	2016 (4)	2017 (5)	SOMA (6)=(2)+(3)+(4)+(5)	Até 31.Dez.2017 (7)	Milhões € (8)=(6)-(7)	Do TOTAL (9)=(7):(1)	Do Programado até 31.12.2017 (10)=(7):(6)
POCI- Competitividade e Internacionalização	4 414	593	605	618	630	2 446	847	1 600	19,2%	34,6%
POTISE- Inclusão Social e Emprego	2 130	380	358	267	273	1 279	412	867	19,3%	32,2%
POCH - Capital Humano	3 096	416	425	433	442	1 716	1 144	573	36,9%	66,6%
POSER- Sustentabilidade e Eficiência de Recursos	2 253	301	308	315	322	1 247	201	1 045	8,9%	16,2%
PORN- Programa Regional do Norte	3 379	454	464	473	482	1 873	361	1 512	10,7%	19,3%
PORC- Programa Regional do Centro	2 155	290	296	302	308	1 195	259	936	12,0%	21,7%
PORL- Programa Regional de Lisboa	833	94	101	123	125	443	72	370	8,7%	16,3%
PORA- Programa Regional do Alentejo	1 083	146	149	152	155	600	103	498	9,5%	17,1%
PORAL-Programa Regional do Algarve	319	41	43	45	46	175	33	142	10,3%	18,8%
POAC-Programa Açores	1 140	151	155	160	163	630	343	287	30,1%	54,4%
POM- Programa Madeira	403	52	54	57	58	221	107	114	26,6%	48,6%
PDRC- Programa Desenvolvimento Rural Continente	3 114	159	391	511	512	1 573	1 439	134	46,2%	91,5%
PRORURAL- Prog. Des. Rural dos Açores	295	42	42	42	42	168	116	52	39,4%	69,2%
Programa Desenvolvimento Rural da Madeira	179	26	26	26	0	77	33	44	18,4%	42,9%
<b>SOMA</b>	<b>24 793</b>	<b>3 144</b>	<b>3 415</b>	<b>3 524</b>	<b>3 559</b>	<b>13 643</b>	<b>5 470</b>	<b>8 173</b>	<b>22,1%</b>	<b>40,1%</b>

BOENTE: Programas Operacionais PORTUGAL 2020 e Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Nº 11, Dezembro 2017 - ADC I.P.

Como mostra o quadro, segundo a programação financeira anual aprovada pela Comissão Europeia, Portugal podia ter utilizado, até Dez-2017, 13.643 milhões € de fundos comunitários, no entanto o executado, ou seja, o utilizado (despesa validada) foi apenas 5.470 milhões € (40,1% do que podia ser aplicado), tendo ficado por utilizar, do programado para o período 2014/2017, ainda 8.173 milhões €, portanto muito mais do que foi utilizado. Até ao fim de 2017, ou seja, após 4 anos do início do Portugal-2020 tinham sido utilizados apenas 22,1% do total de 24.793 milhões € de Fundos comunitários disponibilizados ao nosso país para o período 2014/2020.

Por Programas Operacionais, a situação é ainda mais grave em muitos programas. Até Dez-2017, no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), um programa de apoio à modernização e internacionalização das empresas portuguesas, foi executado apenas 34,6% do programado para o período 2014/2017; no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POTISE) somente 32,2% foi utilizado; no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência de Recursos apenas 16,2%; nos Programas Operacionais Regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) o executado, até Dezembro de 2017, variava entre 16,3% e 21,7% do programado para este período 2014/2017 para utilização.

Este atraso na execução dos Programas Operacionais do Portugal 2020, revelado pelos dados de “despesa validada”, que é a despesa apresentada pelas entidades que executam o investimento, tem consequências dramáticas para o país, já que a utilização dos Fundos Comunitários induz (alavanca) o investimento privado e, em alguns programas operacionais, também o investimento público. Isto é diferente da imagem de que “tudo vai muito bem na economia” que o ministro das Finanças dá no artigo que publicou no Público. Esta insuficiência crónica de investimento, incluindo o investimento público, um dos mais baixos em toda a União Europeia (em 2016, o investimento público na U.E. correspondeu em média a 2,7% do PIB, enquanto em Portugal foi apenas 1,5% do PIB, segundo o Eurostat e de 2017 ainda não existem dados), reduz a capacidade de crescimento económico e desenvolvimento não só atual mas também futuro, porque reduz o produto potencial.

A confirmar tudo isto, está o facto de que o crescimento económico, medido pelo aumento do PIB, está a ser conseguido fundamentalmente à custa de mais emprego, que é importante e que o ministro das Finanças valoriza e bem no artigo que publicou, mas o mais importante é “mais emprego e mais produtividade”, que o ministro Centeno se esqueceu de referir. Em 2016, o PIB aumentou 1,4% e o emprego cresceu em 1,6%, mas a produtividade por empregado diminuiu em 0,19%; e, em 2017, o PIB cresceu 2,7%, o emprego aumentou 2,3% (estou a comparar a média do ano de 2016 com a média do ano de 2017, como faz o INE, por isso os dados do ministro são diferentes) mas a produtividade por empregado subiu apenas 0,41%. O crescimento económico baseado num crescimento negativo ou muito baixo da produtividade não é sustentável a longo prazo, por um lado, e, por outro lado, gera salários baixos com está já a acontecer. Esta é mais uma faceta da economia real que foi ignorada no artigo de Mário Centeno publicado no Público de 9.4.2018 Eugénio Rosa , [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt) – 11-4-2018